

A Argentina Depois do *Default*: uma alternativa ao neoliberalismo?

Andrés Ferrari¹ e André Moreira Cunha²

Área: 18. Alternativas ao Neoliberalismo na América Latina

Resumo: No presente artigo questionamos se o elevado crescimento dos últimos três anos, nos marcos da adoção de políticas que vão se afastando dos parâmetros neoliberais vigentes ao longo dos anos 1990, permite caracterizar a emergência de um modelo alternativo de desenvolvimento na Argentina. Argumentamos que ainda é precipitado afirmar que uma certa via “desenvolvimentista” esteja consolidada. Para dar sustentação à nossa hipótese resgatamos os aspectos centrais da formação histórica da Argentina, onde se revela uma forte adesão da sociedade à visão liberal.

Palavras-chave: Argentina, neoliberalismo, desenvolvimentismo.

Introdução

Para muitos observadores, o ano de 2005 poderia ser caracterizado como um momento de “virada” da Argentina. Alguns mais entusiasmados vislumbrariam até a entrada em uma nova etapa de desenvolvimento. Afinal, no triênio 2003-2005 a economia cresceu quase 30% em termos acumulados, recolocando os níveis de renda nos patamares anteriores a 1999, data do início do período mais recente de contração (1999-2002). Ademais, esse ano “especial” iniciou com a reestruturação da dívida externa soberana, em um processo que se revelou como o maior deságio da história das finanças internacionais, e terminou com o anúncio de que o país pagaria, de forma antecipada, seus compromissos com o Fundo Monetário Internacional (FMI ou simplesmente Fundo, de agora em diante). No meio do caminho, a “redenção” argentina foi marcada pela opção de se gerir a política econômica a partir de uma perspectiva pragmática, com a introdução de elementos claramente heterodoxos, como os controles de capitais e o confronto com parte dos interesses dos rentistas e oligopolistas, locais e internacionais. A retórica política do governo Kirchner – e mesmo algumas de suas ações – foi se afastando dos parâmetros neoliberais que vigoraram ao longo dos anos 1990. A busca de maior autonomia para a gestão das políticas doméstica e externa alinhou a Argentina no que alguns consideram um novo campo político “populista” ou “de esquerda”³, cujo símbolo máximo na América Latina seria a Venezuela de Hugo Chavez.

É nesse contexto que o presente artigo busca responder à seguinte pergunta: a Argentina do período pós-*default* pode ser caracterizada como uma alternativa ao modelo neoliberal então predominante no espaço político latino-americano (e do qual o próprio país foi um dos representantes máximos)? Ou, alternativamente, teria o país superado a agenda neoliberal e adentrado em uma fase “desenvolvimentista”? É importante deixar claro, desde logo, que temos plena consciência de que uma resposta satisfatória àquelas questões demandaria um esforço muito

¹ Doutorando em Economia na UFRGS e Bolsista do CNPQ. E-mail: andres@ppge1.ppge.ufrgs.br ou ferrariandres@yahoo.com

² Professor do Departamento de Economia da UFRGS e Pesquisador do CNPQ. E-mail: amcunha@hotmail.com

³ Hakim (2006) exemplifica tais argumentos que, na nossa opinião, simplificam excessivamente a complexidade da realidade política da América Latina.

superior ao que imaginamos poder alcançar aqui. Ainda assim, nos propomos a organizar um certo plano de vôo que poderá ser útil para outras viagens analíticas que busquem compreender os impasses da Argentina em particular, e dos países periféricos, em geral. Trabalhamos com a hipótese básica de que ainda não é possível caracterizar a existência de um modelo alternativo de desenvolvimento na Argentina forte o suficiente para se contrapor ao ideário liberal que, em uma perspectiva de longo prazo, parece estar solidamente assentado na sociedade. Isso não significa negar a emergência, no período recente, de elementos políticos e econômicos que vão de encontro aos parâmetros então vigentes no modelo neoliberal argentino. Todavia, acreditamos que ainda é precipitado sinalizar para uma mudança de “modelo” que esteja sendo construída de forma consciente, ainda mais quando se leva em conta as características da recuperação recente da economia, onde destacam-se os estímulos exogenamente determinados pelo *boom* nos mercados de *commodities*, e as velhas e novas fragilidades internas, que colocam sombras sobre as perspectivas futuras de crescimento e estabilidade.

Nossos argumentos estão organizados da seguinte forma. Iniciamos caracterizando o período neoliberal dos anos 1990, onde procuramos evidenciar que a Argentina experimentou um dos mais rápidos e dramáticos processos de deterioração social que se tem notícia no período do pós-guerra na América Latina – ou mesmo no conjunto da periferia capitalista. A seguir analisamos o ciclo mais recente de crise financeira e recuperação econômica. Depois desse olhar sobre o passado recente, mergulhamos em uma análise de mais fôlego. Vamos para a história da formação econômica e política da Argentina para compreender dois elementos que consideramos centrais para a análise do presente e das possibilidades de futuro, quais sejam: (i) que a visão econômica liberal tomou assento no imaginário do país como sendo a portadora da chave do desenvolvimento, na medida em que o país viveu seu “auge” exatamente no período de predomínio da Pax Britânica com suas instituições liberais, especialmente o livre-comércio e o padrão-ouro; e (ii) como consequência do anterior, os esforços desenvolvimentistas e industrializantes, não foram fortes o suficiente para suplantam a noção de que a riqueza argentina decorre das vantagens comparativas estáticas do agronegócio exportador. Seguem algumas considerações finais onde, em caráter exploratório, retornamos à conjuntura política e econômica e lançamos questões para futuras análises.

2. Neoliberalismo na Argentina: um profundo mergulho no subdesenvolvimento

Não parece ser um exagero afirmar que a implementação do neoliberalismo na Argentina revelou-se como um profundo mergulho no subdesenvolvimento⁴. Nunca antes na história do país assistiu-se a um processo tão rápido de deterioração das condições sociais. Flagelos tão comuns nos seus vizinhos como pobreza, desemprego, precarização das relações de trabalho, elevada

⁴ Nossa referência aqui é a análise clássica de Furtado (1961).

desigualdade na distribuição de renda, etc., e que até pouco tempo pareciam ser distantes da sua realidade sócio-econômica, tornaram-se partes constitutivas da Argentina liberal e globalizada que emergiu a partir das reformas estruturais dos anos 1990.

Tomando-se a tradição do pensamento crítico latino-americano, expressa, por exemplo, nas análises seminais de Furtado (1961) e Prebisch (1950), é possível perceber que a heterogeneidade econômica e social que marcou a trajetória de formação das economias latino-americanas. Conviviam (e, em alguma medida, ainda convivem), em nossas sociedades, setores produtivos de elevada eficiência e, por decorrência, grupos sociais integrados à modernidade determinada nos países centrais, com outros setores caracterizados pela baixa produtividade e pela desagregação social. Tais aspectos sobreviveram ao processo de industrialização e urbanização, de modo que nem mesmo a mudança de modelo de desenvolvimento, a partir da crise de 1929, foi capaz de reverter as distorções de nosso padrão histórico de inserção na economia capitalista internacional. A Argentina, conforme destacaremos na sequência desse trabalho, talvez tenha sido uma das mais notáveis exceções no continente, por ter sido capaz de produzir uma sociedade relativamente mais homogênea, ainda que assentada sob uma base produtiva tradicional e uma inserção externa do tipo periférica. Por essa perspectiva, pode-se afirmar que uma grande novidade dos anos 1990 foi a introdução de um padrão de heterogeneidade tipicamente latino-americano, na forma, por exemplo, do aumento da pobreza e da deterioração das condições do mercado de trabalho.

Tal “mergulho no subdesenvolvimento” esteve condicionado pela implementação da estratégia de estabilização monetária por meio da fixação do valor do peso em termos do dólar norte-americano – a “convertibilidade” – e pelas reformas estruturais de caráter liberal que marcaram os sucessivos governos dos anos 1990. É importante notar que tanto a convertibilidade quanto as reformas estruturais obtiveram sólido apoio na sociedade. Estabeleceu-se uma solidariedade em torno de sua defesa, o que criou uma certa inércia social, cujos sintomas mais aparentes podem ser buscados, por exemplo, no fato de que parte expressiva da sociedade e da intelectualidade do país não eram capazes de associar a crise econômica e social ao modelo econômico subjacente à convertibilidade. Tanto é verdade que o projeto liberal de Menem⁵ foi reeleito e, quando de sua sucessão, nenhum dos principais candidatos se opuseram ao peso forte. Da mesma forma, a convertibilidade caiu mais pelo efeito de suas fragilidades, do que por uma decisão política baseada em uma crítica teórica consistente ou com a apresentação de um modelo alternativo de estabilização e desenvolvimento. Tomamos esse fato como uma indicação inicial da

⁵ Carlos Saúl Menem (1989-1995, 1995-1999), do partido Justicialista (popularmente conhecido como “Partido Peronista”, em homenagem a Juan Domingo Perón, seu fundador), foi eleito para suceder Raúl Alfonsín (1983-1989), da tradicional União Cívica Radical. Alfonsín foi responsável pela transição democrática, porém teve seu mandato encurtado (e obscurecido) pelos surtos de hiperinflação. Originalmente associado a um discurso nacional-populista, Menem rapidamente alinhou-se ao Consenso de Washington, promovendo a estabilidade através do Plano de Convertibilidade, em 1991. Menem foi sucedido por De la Rúa (1999-2001), que caiu em meio à crise financeira, sendo sucedido por Rodríguez Saá (2002), que não durou um mês no poder e, finalmente, por Eduardo Duhalde (2002-2003). O atual presidente, Néstor C. Kirchner, assumiu o poder em maio de 2003.

complexidade do fenômeno do neoliberalismo no caso argentino. Argumentamos, ao longo do trabalho, que tal ideário está fortemente alicerçado na sociedade, o que dificulta a sedimentação de perspectivas alternativas, tanto críticas, quanto propositivas.

Um primeiro passo para a compreensão da forte adesão da sociedade às reformas derivadas do Consenso de Washington e à política de estabilização está na lembrança de que os primeiros anos da “convertibilidade” foram de elevado crescimento da renda⁶ e sucesso no combate à inflação crônica. Somente com o passar do tempo foi se explicitando a deterioração social. A taxa de desemprego triplicou frente à média da “década perdida” e os salários reais atingiram os piores níveis das últimas três décadas⁷. Ampliou-se, de forma inédita na história recente argentina e em um ritmo talvez sem precedentes no próprio contexto latino-americano, o grau de desigualdade na distribuição de renda. Se, no início dos anos 1990, o país apresentava índices de concentração bem melhores do que a média do continente, em 2002 sua situação só não era pior que a do Brasil, que há muito tempo figura entre os piores perfis distributivos do planeta. Assim, não é possível pensar a Argentina contemporânea sem se perceber que o país experimentou uma profunda alteração de sua estrutura social.

Nos anos 1990 a Argentina era tida por muitos como um caso exemplar de sucesso na adoção de um regime cambial duro, o *currency board* (CB), como forma de combate à inflação e, assim, de resgate da credibilidade das Autoridades Monetárias em países que haviam experimentado processos inflacionários crônicos. Analistas respeitados como John Williamson (1995), o idealizador da expressão Consenso de Washington, e Robert Mundell (2000), dentre outros, garantiam o respaldo intelectual ao modelo argentino. O CB foi implementado em 1991, através do Plano de Conversibilidade (ou “Plano Cavallo”). A Argentina havia experimentado ao longo da “década perdida” um processo de baixo crescimento e elevada inflação. Em 1988, o país havia suspenso o pagamento da dívida externa. No ano seguinte, o novo presidente, Carlos Menem, assume o cargo de forma antecipada, após a fragilização do governo Alfonsín, que enfrentou dois episódios hiperinflacionários. Na ocasião, as reservas internacionais do Banco Central estavam abaixo dos US\$ 500 milhões e a inflação anualizada beirava os 5.000%.

Apesar do sucesso inicial, o sistema da conversibilidade revelou uma baixa capacidade de absorver os choques externos. Ademais, induziu a cristalização de um padrão de crescimento baseado na expansão do consumo privado em um ritmo superior à variação da renda, financiado com crescente endividamento externo. Os níveis de investimento não cresceram proporcionalmente

⁶ Entre 1991 e 1994, a economia cresceu em um ritmo médio de 8% ao ano. Considerando-se um período mais largo, até 1998, a taxa média foi de 6%.

⁷ A taxa de desemprego média dos anos 1980, a “década perdida”, ficou abaixo de 5%. Tal patamar foi crescendo nos anos 1990, até atingir a casa de 20% no auge da crise. Os salários reais caíram praticamente pela metade, quando se toma a média do período 1984-86, e os anos de crise (1999-2002). Anuário Estatístico da Cepal, 2003 (www.eclac.cl) – dados capturados em março de 2005). Elaborado pelos autores.

ao *boom* de entrada de poupança externa⁸. Tal quadro foi agravado pela deterioração da posição comercial externa e desestruturação do setor produtivo. Os crescentes déficits em conta corrente, que ultrapassavam a casa dos 4% do PIB, traduziam a expansão nos gastos com bens e serviços do resto do mundo em uma proporção muito maior do que a capacidade do país adquirir divisas por meio das exportações. A entrada líquida de capitais pela via financeira permitiu a sustentação desse modelo, o que implicou um endividamento crescente⁹, que fez com que: (i) a conta de juros mais do que triplicasse sua participação no total dos gastos públicos, dado que a dívida externa era predominantemente pública; (ii) a conta de juros no balanço de pagamentos passasse de uma posição deficitária de pouco mais do que US\$ 1 bilhão, no começo dos anos 1990, para uma média superior a US\$ 6 bilhões entre 1999 e 2003. No auge da fase “eufórica” do modelo, entre 1992 e 1998, a economia cresceu ao ritmo de 6% ao ano, acumulando um déficit em transações correntes de mais de US\$ 60 bilhões, financiados por uma entrada líquida de capitais de cerca de US\$ 100 bilhões. Somente em investimento direto externo (valores brutos) o país captou US\$ 60 bilhões no mesmo período, quando da privatização de setores importantes como energia, petróleo e telecomunicações (IMF, 2004).

A grave recessão entre 1999 e 2002 não só eliminou os ganhos derivados da euforia do início da conversibilidade, como, também, agravou a situação fiscal do setor público, que teve de ampliar o endividamento para fazer frente perda relativa de capacidade de arrecadação tributária. Entre 1993 e 2002, as rendas do setor público não financeiro cresceram 11%, e as despesas, 32%. Essas passaram a ter uma natureza cada vez mais financeira, já que proporção do pagamento de juros sobre a dívida pública com respeito ao total das despesas passou 7% em 1993, para 18%, 2001¹⁰. Com tal padrão de crescente endividamento externo e reduzida capacidade de pagamento, o país mostrou-se cada vez mais vulnerável aos choques externos – financeiros ou reais. Na segunda metade dos anos 1990, a Argentina teve de enfrentar uma seqüência de choques exógenos que foram colocando em xeque os fundamentos que davam sustentação à conversibilidade¹¹.

⁸ Entre 1980 e 1990, a formação bruta de capital como proporção do PIB foi, em média, de 20%. Entre 1991 e 2002, tal relação caiu para 18%. No melhor momento da economia argentina nos 1990, os investimentos chegaram a 20%, ao passo que na década anterior eles atingiram até 24% do PIB (Anuário Estatístico da Cepal, 2003 – www.eclac.cl, dados capturados em março de 2005).

⁹ Em dezembro de 1991, a dívida externa total da Argentina era de US\$ 62 bilhões, o que equivalia a 32% do PIB ou 5,1 vezes o volume de exportações. Entre 1998 e 2001, a dívida ultrapassou a casa dos US\$ 140 bilhões, mais de 50% do PIB, em média, ou quase 6 vezes, as exportações. Em sua estrutura, mostrou-se predominantemente pública – mais de 60% na média do período. Verificou-se uma participação crescente de tomadores privados, financeiros e não financeiros (estimativas dos autores com base nos dados do Ministério da Economia – Informes Trimestrais de Conjuntura – tabelas do setor externo – www.mecon.gov.ar). A relação juros pagos/exportações deteriorou-se fortemente, passando de cerca de 30%, entre 1991-1993, para mais de 40% depois de 1999.

¹⁰ Para se colocar em perspectiva, as despesas com pessoal caíram de 17% para 12%, e o conjunto dos gastos de custeio da máquina pública passaram de 28% para 16%. É bom lembrar que, no mesmo período a dívida pública argentina passou de cerca de 35% para 64% do PIB. Tal incremento deu-se quase que exclusivamente em títulos denominados em dólares. Assim, atrelou-se a fragilização fiscal à externa.

¹¹ A crise asiática em 1997, o *default* russo em 1998, a desvalorização do Real, em 1999, a queda nos preços das *commodities* agrícolas e minerais em conjunto com a apreciação do dólar nos anos seguintes, amplificou o cenário de baixa liquidez financeira externa e redução na competitividade comercial.

O governo recém-eleito de De la Rúa trouxe, na sua fase final, novamente Domingo Cavallo para o centro das decisões econômicas. Criou-se uma imensa expectativa em torno do criador da conversibilidade, que obteve do Congresso a ampliação das atribuições de sua pasta com vistas a debelar a grave crise que se já instaurara. Suas tentativas de reativar a economia flexibilizando a política monetária e o arranjo cambial não se mostraram bem-sucedidas¹². A partir de 1999 o país mergulhou em uma profunda recessão. Em particular, o ano de 2001 foi marcado por uma crescente perda de confiança na solvência da economia argentina, especialmente do setor financeiro. As reservas internacionais, que começo de 2001, estavam na casa dos US\$ 21 bilhões caíram rapidamente para menos de US\$ 15 bilhões em agosto. Com o apoio do Fundo verificou-se uma recomposição das reservas para os níveis do início do ano. Porém, com o agravamento da crise chegou-se em dezembro com reservas abaixo de US\$ 14 bilhões. A queda dos depósitos bancários em quase 1/3 e os saldos negativos da conta capital, em US\$ 6 bilhões no último trimestre, não deixavam dúvidas quando ao fato de que estava em curso uma grave crise de confiança marcada pela fuga de capitais¹³. Em dezembro, o peso e o governo desabam, diante da pressão das manifestações populares (os “panelaços”). Depois de uma rápida passagem de Rodriguez Saá – que decretou a suspensão dos pagamentos da dívida externa do setor público –, a presidência passou ao senador Eduardo Duhalde – ex vice-presidente do primeiro Governo Menem –, que teve de levar adiante a “pesificação” da economia, o que implicou na inconvertibilidade dos ativos dolarizados do sistema financeiro, o assim chamado “*corralito*”.¹⁴

Um balanço das consequências econômicas e sociais desse período deve partir da constatação de que a Argentina passou, em pouco mais de uma década, de um país caracterizado por uma alta homogeneidade social, para um novo perfil de concentração da renda mais próximo à realidade média latino-americana. Entre 1980 e 2002, o decil superior viu sua participação na renda passar de 31% para 41%, ao passo que o decil inferior experimentou uma queda de 2,8% para 1,8%. A principal contrapartida nessa mudança foi a queda nos decis intermediários, que perderam espaço equivalente a 10 pontos percentuais do PIB, caracterizando um achatamento na classe média, predominantemente urbana¹⁵. Em 2002, o índice de Gini para a Argentina¹⁶ era de 0,590, bem

¹² Cavallo procurou flexibilizar sua própria criação de diversas formas. Alterou a âncora da conversibilidade do dólar para uma combinação de dólar e do euro. Procurou com isso escapar aos efeitos da apreciação do dólar frente ao euro e, é claro, da rigidez do seu próprio regime cambial. Implementou-se uma “política de competitividade” que se traduziu em isenções tributárias para os setores mais atingidos pela recessão. E, por fim, alongou-se o perfil da dívida pública com a realização do que na época se denominou de um “mega-swap”, que envolveu a troca de títulos públicos no valor de \$ 30 bilhões por papéis mais longos – reduziu-se o valor de face dos títulos em quase \$ 1 bilhão, ampliou-se o prazo médio de vencimento em 4 anos e reduziu-se a taxa implícita de desconto em 3%. Medidas no plano fiscal visavam o equilíbrio das contas públicas (IMF, 2004).

¹³ No auge da instabilidade, no último bimestre do ano, a redução dos depósitos bancários se dava no ritmo de \$ 500 milhões por dia.

¹⁴ É interessante notar que nos momentos mais agudos de crise, especialmente antes da queda final da conversibilidade, o FMI esforçou-se em liderar pacotes de socorro para o país, que era um dos seus casos exemplares de implementação de reformas liberalizantes. Entre 1991 e 2001, foram firmados cinco acordos (1991, 1992, 1996, 1998 e 200-2001), além de dois outros em 2003 – cujos recursos eram destinados fundamentalmente para honrar os compromissos já assumidos. Os montantes desembolsados pelo Fundo chegaram a US\$ 42 bilhões em valores correntes (ou DES 27 bilhões), dos quais US\$ 23 bilhões no acordo *Stand-by* de 2000 e sua suplementação em 2001.

¹⁵ Anuário Estatístico da Cepal, 2003 (www.eclac.cl).

acima dos 0,501 de 1990. Assim, o quadro distributivo argentino, no auge da crise e após mais de uma década de reformas liberalizantes, era pior do que o verificado em países como Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, México e todos os países centro-americanos. No contexto latino-americano, a distribuição de renda da Argentina só não era pior que a do Brasil. Mais que isso, a pobreza, que sempre foi um fenômeno marginal, tornou-se generalizada, atingindo cerca de metade da população, em 2002 (IMF, 2005b). Com a crise social que se instaura em 1999 os rendimentos reais do trabalho atingiram seus níveis mais baixos em um quarto de século¹⁷.

3. A Argentina Pós-Default

A experiência argentina recente parece se enquadrar nos marcos mais gerais dos efeitos da liberalização sobre os países em desenvolvimento (Prasad *et al.*, 2003, Cepal, 2004). No início, a euforia do reingresso nos mercados financeiros internacionais, onde se deu o encontro entre a liquidez externa abundante e a oferta doméstica de ativos – via privatizações e desregulamentação de mercados – em um país que havia se estabilizado e voltava a crescer de forma vigorosa. Porém, com o tempo foi se revelando o crescente endividamento e a rigidez de um modelo macroeconômico que minava a capacidade de se competir externamente em função da valorização cambial. Com a recorrência de crises financeiras os mercados internacionais ficaram menos líquidos e mais receosos em aplicar seus recursos em países com elevada vulnerabilidade externa. Neste novo quadro a Argentina passou a depender cada vez mais de recursos oficiais, dos pacotes financeiros liderados pelo FMI, e de captações junto ao mercado privado de títulos de dívida portadores de juros suficientemente altos para contentar o apetite dos administradores dos fundos de investimentos mais agressivos em suas metas de rentabilidade¹⁸. Com a moratória de 2001 restou a necessidade de se reestruturar uma dívida pulverizada de um país em convulsão social.

A “The Economist”¹⁹ descreveu o processo recente de reestruturação da dívida argentina como sendo “épico” em sua escala. Afinal, ele envolveu uma variedade de 152 títulos de dívida, que estavam denominados em seis moedas distintas e atrelados às jurisdições de oito países. Na ponta credora, cerca de quinhentos mil investidores, dos quais pouco mais de 75% aceitaram a troca e, com isso, um dos maiores deságios da história. Em fevereiro de 2005, a dívida elegível à reestruturação, incluindo os juros atrasados, era US\$ 104 bilhões. Após o *swap* ficou em US\$ 36 bilhões. Os três novos títulos emitidos apresentaram um valor de face equivalente a 35% dos montantes originais. Mais importante ainda são os seus prazos de vencimento, que chegam a

¹⁶ Quadro 265 do Anexo Estatístico do “Panorama social de América Latina 2004” da Cepal. Os dados utilizando-se o índice de Theil apontam no mesmo sentido. Informações capturadas em março de 2005.

¹⁷ Os dados de rendimento são da Base de “Estadísticas e Indicadores Sociales da CEPAL” (<http://www.eclac.cl/badeinso/badeinso.asp>). Capturados em março de 2005.

¹⁸ O FMI enfatizou a inconsistência da política fiscal e a rigidez do regime cambial como causas da crise. É importante lembrar que o FMI apoiou sistematicamente o regime de conversibilidade e tomou o país como caso exemplar por muitos anos (IMF, 2004).

¹⁹ “A victory by default?”, The Economist, 3 de março de 2005.

quarenta e dois anos. Tal “sucesso” ocorre em um momento de retomada do crescimento, que tem oscilado na casa dos 8% ao ano desde meados de 2003. A conjuntura externa excepcionalmente favorável, de forte crescimento na demanda mundial, elevação no preço das *commodities* e uma relativa estabilidade financeira – com elevada liquidez e taxas reais de juros reduzidas – parecem repor condições para dar algum fôlego à estratégia exportadora que guarda uma certa relação com a experiência histórica argentina do modelo agroexportador. Em especial, tal “choque externo benigno” vem beneficiando especialmente países produtores de produtos primários, industrializados de origem agropecuária e do setor de energia (petróleo e derivados), que em conjunto representam cerca de 70% da pauta exportadora de mercadorias (IMF, 2005).

No *front* interno, as taxas básicas de juros foram recuando de forma sistemática, passando de um patamar de quase 40%, em 2003, para algo que tem oscilado entre 7% e 9% nos anos seguintes. As políticas de controles sobre as entradas de capitais, nos moldes do “modelo chileno”, e de recomposição de reservas contribuiu para estabilizar o valor do peso em um nível competitivo – do ponto de vista das exportações, ainda que potencialmente prejudicial para a evolução dos preços domésticos, dado o elevado grau de abertura da economia. O dinamismo renovado vem se transmitindo para as contas públicas, onde o governo obtém uma posição primária superavitária da ordem de 3% do PIB, graças aos sucessivos recordes de arrecadação tributária, o que tem permitido, simultaneamente, uma retomada dos gastos correntes e investimento sociais²⁰. Por outro lado, a própria recuperação do mercado interno vem fazendo com que o ritmo de importações de bens e serviços – mais de 30% ao ano, em média, depois de 2003 – passasse a suplantar o das exportações – variação média anual de 17% entre 2003 e 2005 –, reduzindo os saldos comerciais. Ainda assim, os superávits em conta corrente em níveis superiores a 2% do PIB marcam uma diferença substantiva sobre o padrão dos anos 1990 de “absorção de poupança” externa da ordem de 4% ao ano. De acordo com as estimativas do Ministério da Economia da Argentina, depois do *drive* exportador liderar a recuperação inicial, o consumo doméstico e os investimentos passaram a explicar, pelo lado da demanda, a maior parte da expansão da renda *pós-default* (IMF, 2005b).

O forte crescimento²¹ contribuiu para reduzir a taxa de desemprego, que no auge da crise chegou a quase um quarto da força de trabalho, para um nível de 12% no final de 2005. Todavia, esse indicador ainda é quase três vezes superior ao verificado na problemática década de 1980. De acordo com as estimativas oficiais, a recuperação recente das “forças de mercado” explicaria cerca

²⁰ Em termos reais verificou-se um crescimento de quase 50% sobre o piso de 2002. Ainda assim, os gastos correntes ao final de 2005 eram 20% menores do que a média 1999-2001. “Argentina: indicadores econômicos, diciembre 2005” (www.mecon.gov.ar, acessado em dezembro de 2005).

²¹ A partir do segundo trimestre de 2002 o PIB voltou a apresentar variações positivas. São, até agora (3º trimestre de 2005) 14 trimestres consecutivos de crescimento, algo superior ao ciclo expansivo anterior, entre 1995 e 1998. A produção industrial já cresceu 52% em termos acumulados entre o começo de 2002 e o final de 2005, o que equivale a um incremento anual médio de 11%. A formação bruta de capital também voltou a crescer. Em termos constantes os valores retomaram o patamar anterior à crise, em mais uma evidência de recuperação do tipo “curva-V”. “Argentina: indicadores econômicos, diciembre 2005” (www.mecon.gov.ar, acessado em dezembro de 2005).

de 70% dos 2,8 milhões de postos de trabalhos gerados entre 2002 e 2005. Os programas oficiais e o mercado informal responderiam pelo restante²². Os salários estão recuperando parte do seu poder de compra. Em 2002, eram necessárias mais de 300 horas de trabalho para aquisição dos itens alimentares da cesta básica, contra as 110 horas do final de 2005. O salário mínimo, que no auge da crise cobria somente 30% dos gastos da cesta básica total, atualmente (dezembro de 2005) representa pouco mais de 80% daquela. Vale dizer, o crescimento vigoroso ainda não repôs os níveis históricos de bem-estar da classe trabalhadora, ainda que esteja recolocando os patamares anteriores à crise financeira mais recente. A pobreza e a indigência também recuaram, porém o país ainda está longe de ter reencontrado com seu passado de elevada homogeneidade social²³. Assim, na Argentina contemporânea, não só há o problema recorrente dos limites – fiscais, monetários, da estrutura econômica e de inserção internacional – ao crescimento sustentável como, aparentemente, colocou-se um novo entrave: a frágil conexão entre a expansão econômica e o fortalecimento do tecido social, o que pode gerar tensões políticas em um país que não estava habituado à desigualdade estrutural²⁴.

É interessante notar que a equipe de Lavagna, ministro da Economia (2002-2005) que liderou a recuperação até sua substituição no final de 2005, colocou-se contra a estratégia de estabilização sugerida pelo FMI (IMF, 2004, 2005) para o período que se seguiu ao *default*. Para o Fundo havia um forte risco de hiperinflação, que deveria ser combatida com um significativo aperto monetário e fiscal. Para os argentinos, a elevada capacidade ociosa da economia, se bem ancorada por uma política fiscal saudável (ainda que não tão apertada quanto às verificadas no Brasil e Turquia), poderia absorver uma expansão monetária sem gerar um descontrole no valor do peso. Para Torres (2005) a avaliação correta da administração Lavagna evidenciaria os limites da capacidade analítica do Fundo sobre a realidade política, econômica e social dos seus membros.

No próximo item procuramos expandir nossa análise para encontrar na formação do modelo agroexportador argentino, que deu base para o sucesso material do final do século XIX e começos do século XX, as raízes do forte apelo à visão liberal do processo de criação da riqueza. Os anos 1990 podem ser interpretados, dessa forma, com um reencontro com aspectos daquele passado, porém em um contexto novo, onde se introduziu no país características de heterogeneidade social típicas do subdesenvolvimento. Isso nos leva a sustentar a possibilidade de explorar um certo fio condutor interpretativo da crise recente, qual seja: a conversibilidade foi o resultado de uma visão liberal desde há muito instalada no país, e que fora anteriormente associada ao modelo

²² Estimativas do Ministério da Economia – “Argentina: indicadores econômicos, diciembre 2005”. Em 2005, mais de 1,5 milhão de argentinos eram beneficiados pelo programa “Jefes e Jefas de Hogar”, que foi criado em 2002 com o objetivo de complementar a renda de famílias pobres. No auge da crise havia quase 2 milhões de beneficiários.

²³ No primeiro semestre de 2005 a pobreza estava em 40% da população (contra os 53% do auge da crise), e a indigência em 14% (ante os 30% de meados de 2002). Informe Económico, II trimestre 2005 (www.mecon.gov.ar, acessado em dezembro de 2005).

²⁴ Esse argumento aparece em Torres (2005) ao criticar as políticas do FMI.

agroexportador e, mais recentemente, ao rentismo financeiro. Se nossa hipótese for verdadeira, as possibilidades de sedimentação de um modelo desenvolvimentista alternativo são bem mais complexas do que poderiam levar a crer a análise da recuperação econômica recente e a retórica política em curso.

4. Por que o ideário liberal é tão forte na Argentina? Um olhar na formação da Argentina contemporânea.

A transformação econômica e decadência social que sofreu a Argentina durante a “década da conversibilidade” resulta mais alarmante dado o forte apoio social à estratégia macroeconômica que levou a uma intensa e rápida piora no nível de vida da maioria da população. O compromisso dos membros da sociedade com aquele arranjo cambial foi ratificado em mais de um momento, especialmente nas eleições presidenciais, mesmo quando os estragos sobre a sociedade e a economia eram visíveis e amplamente reconhecidos²⁵. Esse paradoxo é, em nossa opinião, reforçado pela recuperação recente. Acreditamos que esse fenômeno deve ser investigado a partir uma perspectiva histórica mais ampla. Se há razões profundas e complexas por trás do forte apoio social à conversibilidade e às idéias de livre mercado que estão ainda vigentes, então é possível imaginar que as possibilidades de desenvolvimento do país serão menores. Daí a importância de incorporar uma perspectiva da formação histórica da Argentina na análise da conjuntura e das possibilidades futuras.

A velocidade nas transformações marcou a formação da Argentina moderna. A partir de 1850 com base na incorporação ao mercado mundial da região pampeana, em poucas décadas, o país deixou de ser um dos lugares mais atrasados do mundo, para se tornar um dos países mais prósperos (Rock 1989, p.216, Hora, 2003)²⁶. O crescimento sustentou-se pelas facilidades da região em se adaptar às oscilações da demanda externa e a se reger segundo os ditames de um mercado que operava em moldes próximo ao modelo concorrencial. O crescimento se deu em etapas de expansão vertiginosa de distintos produtos²⁷. Durante 1909/13, a Argentina era o segundo maior exportador mundial de cereais, e entre 1880-1916, passou de uma posição marginal a tornou-se, para muitos,

²⁵ A situação atual da Argentina contrasta fortemente com a descrição da Enciclopedia Británica de 1974 que a considerava como “uno de los más prósperos países de América latina... y a diferencia de sus vecinos no es, estrictamente hablando, un país en desarrollo...” (15ª.ed.) citada por Ferrari Etcheberry (2002).

²⁶ “Hacia 1879 éste era un país despoblado, atrasado, que difícilmente podía calificarse como rico (...) en 1929 (...)su población se había multiplicado casi cinco veces y su riqueza había crecido aún más vertiginosamente, colocándola dentro del puñado de países que encabeza la lista mundial en ingreso per cápita; poseía un sistema educativo, y presentaba una movilidad social que aún menos naciones podían mostrar y que, sin embargo, se consideraba solo el comienzo de un porvenir más prometedor; su gobierno, por último, era elegido democráticamente mediante el sufragio universal y secreto, en un clima de libertades cívicas admirado por doquier” (Sábato, 1991:115).

²⁷ Assim, as exportações de lã passaram de menos de 8.000 para quase 100.000 toneladas entre 1850-80 (Giberti, 1964: 18-19), chegando a representar 55% das exportações totais (Barsky e Gelman, 2001: 146); a agricultura, praticamente inexistente em 1880, representou 37% das exportações vinte anos depois (Giberti, 1964: 19); e a superfície cultivada cresceu de 205.273 hectares em 1872 para 12.617.620 em 1916 (Barsky e Gelman, 2001: 161). Posteriormente, a partir de 1890, com o surgimento do frigorífico a exportação de carnes, antes insignificante, se tornou uma das mais importantes.

uma promessa destinada a ocupar na América do Sul o lugar que os Estados Unidos tinham na América do Norte²⁸.

Esta vertiginosa transformação do país baseou-se num marco ideológico de predomínio de idéias liberais, nos âmbitos econômico, social e político. Desta forma cumpriu-se plenamente um dos desafios que, segundo Bonaudo (1999:13), apresentava-se à sociedade argentina: o fato de que aquele liberalismo passou a ter por conteúdo a idéia de *progreso*²⁹. Em seu estudo sobre a Sociedade Rural Argentina, Roy Hora (2003:345) afirma que por ter permitido esse crescimento econômico espetacular, o setor primário obteve uma identidade progressista que permitiu aos proprietários de terra constituir-se, também, em autêntica força social e cultural, capaz de irradiar sua potente influência sobre toda a sociedade argentina.

A base da riqueza argentina neste período é tema controverso. Para alguns ela se originaria na existência de vantagens comparativas excepcionais geradas pela fertilidade da região da “pampa úmida”, tendo no comportamento empresarial dos proprietários de terra³⁰ um fator coadjuvante; outros enfatizam alguma forma de ‘renda diferencial’ vinculada, em maior grau, à especulação³¹. Para os setores líderes do país nestes anos, a questão sobre a base da riqueza – obviamente – não se apresentava. Inclusive era possível se deixar de lado as diferenças de fundo entre as formas de produção. Desta forma, a Sociedade Rural Argentina podia, em 1898, identificar a pecuária e a agricultura como “*las industrias madres de la República*” (Hora, 2003: 172)³². Conseqüentemente, a época do modelo agroexportador converteu-se, em especial para a classe dos proprietários de terra, num “*melancólico recuerdo del Paraíso Perdido (que) aún abrumba a los amantes del pasado*” (Ferrer, 1981: 46).

Para os objetivos da nossa linha de argumentação, devemos nos questionar se a Argentina foi (ou não) capaz de superar, efetivamente, a culminação da etapa do modelo agroexportador. Ou, de outra forma, o esforço desenvolvimentista e industrializante do pós-guerra teria sido capaz de substituir no imaginário nacional a associação entre o modelo liberal agroexportador e a idéia de

²⁸ Rocchi, Fernando “O pêndulo da riqueza: a economía argentina em 1880-1916” em Lobato (2000: 19), que afirma que nesse período o crescimento do produto per capita na Argentina superava, ainda que levemente ao dos Estados Unidos – o exemplo mais chamativo de prosperidade da época – e folgadoamente ao da França, Grã Bretanha e Japão.

²⁹ Para isso foi imprescindível articular os diferentes espaços regionais com o objetivo alcançar uma inserção efetiva em um mercado mundial crescentemente integrado. Se na percepção de alguns autores tal inserção, sem controles ou limites, podia gerar conseqüências imprevistas e negativas, a lógica liberal dominante impôs os critérios de uma economia “aberta” (Bonaudo, 1999:14).

³⁰ Oddone (1975), Ferrer (1991), Díaz Alejandro (2001).

³¹ Flichman (1977), Sábato (1991), e Arceo (2003), que introduz o conceito de ‘renta internacional’ como eixo de explicação.

³² “*Este famoso progreso de la economía nacional era de veraz ‘natural’, en el sentido de que se producía fundamentalmente por razones casi tan ajenas al control racional como las lluvias, en virtud de los requerimientos del mercado mundial y sobre todo del mercado inglés, al que la industrialización de Estados Unidos estaba planteando la necesidad de nuevos abastecedores de alimentos a bajo precio. Y era natural en el sentido de que la oligarquía estancieril, la concesionaria del agro argentino, el decisivo sector productivo del país, tuvo la más completa despreocupación por acelerar y dirigir en beneficio del país ese desarrollo ‘natural’. Las estancias eran atrasadas, huérfanas de adelantos técnicos y métodos dirección eficientes. Los tremendos beneficios que la cría del ganado arrojaba provenían exclusivamente de la fecundidad de la Pampa y del vigor patriarcal de los tornos pampeanos (Hanson, 11-12). Cuando apareció en el horizonte la industria frigorífica, con sus tremendos beneficios en perspectiva, los estancieros dejaron que el capital imperialista la implantase controlando el campo –perjudicando a la larga a los propios beneméritos acaparadores de la tierra*” (Peña, 1975:67-68).

progresso? Uma rápida periodização dos anos desde a culminação na década de 1930 do crescimento “para fora”, na linguagem da CEPAL, até os anos 1990 mostra que a etapa identificada com um projeto de industrialização (1946-1976) não teve força suficiente para desbancar o modelo agroexportador. Por um lado, o desenvolvimento da indústria nunca deixou de depender do setor agropecuário, em última instância, para financiar sua expansão. A dinâmica da economia argentina no período esteve marcada pelo característico ‘Stop & Go’ dado que, como bem explica Brodershom (1974)³³, as exportações primárias não geravam divisas suficientes para sustentar as importações de um setor industrial operando em nível de pleno emprego. Por conta disso, cedo ou tarde emergiam os déficits externos que levavam a economia a retroceder. Assim, enquanto que a atividade agropecuária não recebia proteção e seus preços se determinavam nos mercados internacionais, os salários industriais (e urbanos em geral) cresciam relativamente aos primeiros para que a diferença se destinasse à aquisição de bens industriais (Canitrot 1978)³⁴. Este modelo se agravava em momentos de queda dos preços agropecuários, ademais como Díaz Alejandro já apontava em 1970 “*a produção agropecuária vinha crescendo desde 1930 a uma taxa anual perto ao 1%, muito inferior à expansão demográfica*” (Díaz Alejandro, 2001:165)³⁵.

Pode-se afirmar que a estratégia de industrialização encontrava seus limites na estrutura do mercado de trabalho³⁶. O modelo argentino tinha a característica de estar operando sempre perto do pleno emprego, o que ampliava o poder de barganha dos setores populares. Após a queda de Perón, as antigas classes dominantes retomaram o poder por meio de um golpe de Estado com a clara intenção de voltar fazer recuar o relógio da história³⁷. Mas essa intenção chocou-se com “*la resistencia no siempre coordinada pero siempre perturbadora de ese complejo urbano-industrial*” (Torre e De Riz, 2002:239) que tinha surgido com força no período anterior.

As tentativas do regime militar de apagar a herança dos anos peronista foram em vão. Diante cada eleição convocada, como a Assembléia Constituinte para modificar a Constituição peronista de 1949, os votos brancos, que representavam o Partido de Perón que fora proscrito, mostravam a força dos trabalhadores e sindicatos. Em 1958, a democracia voltaria³⁸ com o triunfo do presidente

³³ Ver Feldman & Sommer (1983).

³⁴ Esta dinâmica é explicada por Canitrot (1983).

³⁵ Esse caráter contraditório é bem resumido por Aronskind (2003:84-85).

³⁶ Segundo Canitrot (1978), diante das escassas reservas de mão-de-obra e com um movimento sindical muito ativo e organizado, só havia três procedimentos para impor uma política semelhante: o acordo político não qual os assalariados renunciariam a uma parte de suas rendas; a inflação, que reduziria forçosamente os salários; e a adoção de medidas autoritárias. Assim, o autor destaca que os três meios foram tentados, mas rejeitados pela população.

³⁷ “*Los portavoces de la vieja elite, vinculada al campo y a la economía de exportación, aprovecharon los debates que siguieron a la caída de Perón para transmitir un mensaje brutal y sencillo: el origen de los problemas del país estaba en el equivocado intento del peronismo por subvertir la economía ‘natural’ de Argentina. En consecuencia, propusieron hacer tabla rasa con la estrategia que había llevado a la creación de una infraestructura industrial excesivamente protegida, que imponía una pesada carga a los productores rurales y fomentaba una incorporación prematura y excesiva de los trabajadores en el mercado de consumo. En su lugar, abogaron por un retorno a la estrategia económica basada en el libre comercio y sus ventajas relativas, bajo cuyas líneas maestras Argentina había experimentado un formidable crecimiento hasta 1929*” (Torre e De Riz, 2002:239).

³⁸ O Primeiro Governo do Perón, de 1946-1955, terminou com um golpe militar em setembro de 1955. Após as breves presidências dos generais Lonardi (1955) e Aramburu (1955-58), foi eleito Arturo Frondizi, em 1958.

Frondizi apoiado, desde o exílio, por Perón, *“quien dos años y medio de su derrocamiento continuaba sendo el árbitro del equilibrio político argentino”* (Torre e De Riz, 2002:245). Frondizi adotou algumas medidas em resposta àquele apoio – embora não tenha anulado sua proscrição política – procurando implementar uma política de desenvolvimento industrial, supostamente capaz de superar a divisão do país entre peronistas e anti-peronistas. Para tanto decidiu distanciar-se dos sindicatos³⁹. A maxi-desvalorização da moeda nacional, em 1959, levou a uma grande queda nos salários, cuja participação no PIB recuou de 45% para 39% (Aronskind, 2003:90). Posteriormente, a força das demandas sociais garantiu a recuperação daquelas perdas. Já no novo Governo Peronista, em 1975, *“el salario real no sólo se había recuperado de la caída de 1959, sino que mostraba un aumento acumulado cercano al 30% en relación con el final de la anterior gestión peronista”* (Aronskind, 2003:90)⁴⁰. Além disso, os peronistas mostravam sua vitalidade através das greves ou pela via eleitoral indireta⁴¹.

Desta forma, após a experiência do governo de Perón em 1946-1955, os setores trabalhadores estabeleceram-se firmemente como atores decisivos na definição dos rumos do país⁴². Nas décadas seguintes ao fim do Governo Perón a trajetória da Argentina estaria condicionada pela aceitação dos setores populares nas decisões tomadas. Um caso paradigmático sucedeu-se em 1969, quando as tensões políticas e sociais desaguaram em um levante popular na cidade de Córdoba, conhecido como o ‘Cordobazo’. Produziram-se ali mudanças no rumo da política econômica e na política da cúpula militar⁴³. Para muitos autores, esta crise social demonstrava as dificuldades para se equacionar os conflitos distributivos – seja pela via democrática ou por mecanismos autoritários (Feldmam & Sommer 1983). A queda do Governo Militar, em 1973, trouxe a volta ao poder o Partido Peronista. Criava-se a expectativa de reedição da experiência do imediato pós-guerra. Mas como Ferrer ressalta, o contexto do mercado de trabalho era muito mais complexo: *“los trabajadores organizados y los sectores medios vinculados a una estructura productiva más compleja y tecnificada que en 1946 habían ganado, cuando el peronismo retorna al poder en 1973,*

³⁹ *“Hablar de peronismo era entonces hablar de los dirigentes sindicales”*. (Torre e De Riz, 2002:247)

⁴⁰ Com relação a distribuição da renda nacional, em 1959 os setores 40% inferior, 40% médios e 20% superior tinham, respectivamente, 16,3%, 29,4% e 54,3%; em 1970 possuíam, respectivamente, 16,5%, 36,1% e 47,4%. (Treber apud Aronskind, 2003:90).

⁴¹ Por exemplo, em dezembro de 1961 o peronismo participou através de distintas agrupações políticas – já que o Partido Justicialista continuava ilegal – em eleições provinciais após sete anos de proscrição, ganhando em nove das catorze províncias.

⁴² *“los proyectos empresariales sobre productividad y racionalización chocaron con algunos supuestos decisivos, de orden cultural y social, nacidos en el seno de la clase trabajadora por efecto de la experiencia peronista. Los trabajadores cuestionaban en un sentido directamente básico, la legitimidad de muchas de las premisas de que partían los empleadores”* (James, 1990: 87).

⁴³ Frondizi foi derrubado por um Golpe Militar, em 1962. Na ocasião assumiu o poder o então Presidente do Senado Nacional, o Doutor José María Guido. A democracia voltaria em 1963 com o Presidente Arturo Illia pertencente à União Cívica Radical do Povo, facção da antiga UCR. Mas os peronistas, novamente proscritos, tiveram 19,2% da votação, novamente na forma de votos “em branco”. Illia assumiu com uma base frágil, tendo recebido somente 25,8% dos votos. Finalmente seria derrotado por um novo Golpe dos militares em 1966, quando a presidência passou ao General Onganía. O novo presidente propôs à sociedade uma ‘Revolução Argentina’ que se desenvolveria em três etapas: *“la fase económica, destinada a alcanzar la estabilidad y la modernización del país; la fase social, que permitiría la distribución de los beneficios cosechados durante la etapa inicial; y, finalmente, la fase social, con la que culminaría la revolución y que consistiría en transferir el poder a organizaciones auténticamente representativas”* (Torre e De Riz, 2002:268). O governo Onganía caiu após o ‘Cordobazo’. A democracia só voltaria em 1973.

un alto grado de influencia en el sistema político y consolidado su poder negociador frente a otros sectores sociales. En este contexto, las alianzas para consolidar un amplio respaldo popular eran necesariamente más complejos” (Ferrer, 1987:36).

Desde meados dos anos 1960, eram cada vez mais claros os sinais de que as tensões pela distribuição da renda estavam se manifestando, dentre outras formas, por meio de uma crescente indisciplina monetária e fiscal (Feldman & Sommer 1986). A associação de um governo democrático, e particularmente peronista, com a busca do pleno emprego, em semelhança com a experiência do pós-guerra, derivou na absorção de mão-de-obra excedente pelo setor público⁴⁴. Esta dinâmica continuaria com o Governo de Perón, particularmente após sua morte em 1º de julho de 1974. A luta distributiva teria seu efeito mais impactante sobre a estrutura fiscal a partir do chamado “Rodrigazo”, em junho de 1975. Esta tentativa malsucedida de ajuste fiscal em prejuízo dos setores populares, por meio de uma forte desvalorização cambial e um significativo ajuste nas tarifas públicas, foi contestada por uma tenaz oposição sindical que obteve rapidamente a recuperação das perdas salariais⁴⁵. Em março de 1976, o governo militar tentou resolver o conflito social, por meio do retorno ao modelo de aproveitamento das vantagens naturais primárias da economia. Após o “Rodrigazo” a Argentina viu nascer o período de “alta inflação”(Frenkel, 1989): o aumento de preços anual nunca foi inferior ao 100% até o plano de conversibilidade.

Portanto, percebe-se que durante a etapa de industrialização o setor primário continuava tendo um lugar central na economia argentina, enquanto se agravaram as tensões sociais em torno da distribuição da renda nacional. Não obstante, o fundamental desde a culminação do “crescimento para fora” é que a partir da década de 1950 aprofundou-se *“el deterioro de la posición relativa del comercio de alimentos y materias primas en el comercio mundial. (...) En 1950 los productos primarios representaban el 60% de las exportaciones mundiales, en 1970 el 35%. Esto afectó particularmente al comercio de alimentos y materias primas de origen agropecuario”* (Ferrer, 1987:60). Na opinião deste autor surgiu um novo contexto internacional no qual *“la dotación de tierras fértiles en la zona pampeana dejó de ser, para el sistema económico mundial, un factor de atracción como para impulsar, desde afuera, el desarrollo económico”* (Ferrer, 1987:61). Ademais, aparentemente, a etapa industrializante não gerou compromissos sociais ou convencimento político suficiente para que, a partir do pós-guerra, se considerasse anacrônico depositar as possibilidades de

⁴⁴ O nível de emprego público cresceu em 340.000 funcionários entre 1972/75 (Administração Central, Empresas Públicas, Províncias e Municípios), enquanto tinha aumentado em 95.000 novos funcionários entre 1961/71 (Ferrer 1987). Da expansão dos gastos públicos de 5,85% do PIB entre 1970 e 1975, 70% correspondeu aos gastos adicionais com o funcionalismo.

⁴⁵ As tensões sociais agravaram-se durante o Governo de Isabel Perón. Numa tentativa de recompor a situação fiscal, em junho de 1975, implementou-se o Plano Rodrigo, com o objetivo de ajustar as contas públicas e externas mediante um forte ajuste tarifário e uma maxidesvalorização cambial. O sindicalismo reagiu rapidamente e conseguiu um ajuste maior no nível de salários (o que levou à renúncia do ministro). O impacto negativo nas contas públicas foi imediato. A arrecadação tributária caiu mais de 6% do PIB em comparação com 1974, o déficit fiscal chegou a 15%, e a taxa de inflação atingiu 330% (ver Carciofi 1990).

desenvolvimento econômico do país, primordial ou fundamentalmente, no setor primário de exportação.

A partir da análise da história argentina recente é possível identificar claramente dois momentos de tentativas de retorno, a qualquer custo, ao esquema de crescimento baseado nas vendas externas de produtos primários. Primeiro, com os governos do período militar de 1976-1983. Para muitos autores buscou-se alterar o modelo de acumulação e de crescimento vigente no pós-guerra, dando por terminada a industrialização enquanto um objetivo da política econômica, e recolocando-se o “campo” novamente em primeiro plano (Feldman e Sommer, 1986; Canitrot, 1981). O discurso dos governos de então enfatizava a necessidade de eliminar o modelo semi-fechado de industrialização, responsabilizado pela estagnação econômica, por meio da liberalização dos mercados. O segundo momento foi com o modelo de conversibilidade (1991) - após o Governo Alfonsín (1983-1989) - o qual era parte da série de reformas pró-mercado, iniciadas com a posse de Menem, em julho de 1989⁴⁶. Assim, podemos encaminhar aqui uma primeira conclusão de nossa análise: a conversibilidade na Argentina não surgiu de forma autônoma ou isolada, mas fez parte de um conjunto de medidas econômicas que se sustentavam sobre uma mesma base conceitual: a lógica do ‘livre mercado’. Esta por sua vez, sempre esteve presente no imaginário social argentino associada ao sucesso do período agroexportador, quando o país viveu seu apogeu. Portanto, na realidade, a questão fundamental que se impõe ao observador que se debruça sobre o tema da simbiose da sociedade argentina com o regime de conversibilidade – apesar de suas consequências perversas sobre o nível de vida da população – é a análise da identificação entre as noções de “progresso” e “livre mercado”.

Se, por um lado, a estrutura do mercado de trabalho caracterizava-se por tender aos níveis de pleno emprego, por outro o destino dos produtos de exportação sofria a concorrência do mercado interno. Assim, a presença de uma importante organização política e social dos setores subalternos implicava que a riqueza do país, que continuava basicamente explicada pela produção da Pampa Úmida, não era suficiente para satisfazer todos os setores sociais que tinham possibilidades de lutar pela melhoria em seus níveis de vida e, simultaneamente, financiar a expansão industrial. Após a crise do '30, enquanto a *“elite no reconoce ni acepta que la caída de los precios relativos de las materias primas en el mercado mundial ha terminado para siempre con ese modelo”* (Schvarzer, 1996:338), o setor industrial não chegou a reconhecer-se como novo eixo fundamental da economia. Isto se exacerbou porque tais setores perceberam a experiência do governo peronista, que deu impulso à industrialização, não como de surgimento de um novo consenso social sobre o modelo de desenvolvimento econômico, mas como o fortalecimento político e social dos setores

⁴⁶ Para vários analistas do complexo industrial argentino, os anos 1990 testemunharam a continuidade do processo de consolidação de uma estrutura baseada nas indústrias que exploram recursos naturais – ver Schorr (2000).

subalternos⁴⁷. Desta maneira, o período 1930-1976 caracterizou-se pelo elevado conflito social – enquanto se extremavam as posições – em torno à distribuição da riqueza nacional.

O governo militar do período (1976-1983), além de caracterizar-se pela sangrenta repressão, implementou a primeira tentativa radical de retornar ao modelo agroexportador. Tal esforço, da mesma forma que no período de “conversibilidade”, apresentou um momento inicial de forte e clássico ajuste ortodoxo, em meio à implementação das reformas pró-mercado, o que, em tese, deveria tornar difícil a aceitação social daquela política. Em ambos os casos a credibilidade do discurso primário-exportador foi sustentada por uma importante expansão no nível de consumo, superior inclusive do ritmo de atividade econômica, que possibilitou, em especial aos setores médios, a aquisição de importações de bens de consumo duráveis modernos. Contudo, o que permitiu tal incremento da absorção doméstica foi um ambiente internacional de elevada liquidez internacional, com um volume expressivo de capitais dispostos a ingressar no país, incentivados por uma importante sobrevalorização da taxa de câmbio. Dessa maneira, essas explosões de consumo interno nos marcos de adoção de reformas pró-mercado pareciam confirmar, nos fatos, os argumentos de que a Argentina precisava, para progredir, retornar a fundar sua economia na exportação de produtos primários. Essas foram as únicas situações de explosão no consumo no país desde a imediata pós-guerra.

Depois dos anos conhecidos como ‘plata dulce’⁴⁸ no final dos anos 1970, e com a elevada carga do serviço da dívida externa do país sobre as contas públicas, o problema da qualidade dos serviços públicos nas mãos do Estado agravou-se consideravelmente num contexto de declínio econômico geral. Conseqüentemente, ressurgiu na opinião pública, na década de 1990, uma importante aceitação da visão do neoliberalismo econômico, reforçada pela traumática experiência hiperinflacionária, que atribuía aos desequilíbrios macroeconômicos a patologia do sistema econômico estatista e protecionista, o que possibilitou ao recém eleito Presidente Menem a margem de manobra necessária para pôr em marcha as reformas sem grande oposição (Gerchunoff e Torre, 1996). Por outro lado, houve outro fato de essencial importância para viabilizar esse caminho: o retorno do peronismo ao poder, com o presidente Menem encarnando, em um primeiro momento, a tradição de um populismo plebeu e messiânico (Gerchunoff e Torre, 1996). Tal característica

⁴⁷ Por isso “*el atractivo político fundamental del peronismo reside en su capacidad para redefinir la noción de ciudadanía dentro de un contexto más amplio, esencialmente social*” (James, 1990:27). Este autor entende que a importância social do peronismo constituiu, precisamente, em ser um “*llamamiento político a los trabajadores en un reconocimiento de la clase trabajadora como fuerza social propiamente dicha*” (James, 1990: 32), mas isto não implicava que possuía, em si, um determinado conteúdo de ‘modelo econômico’. Pelo contrário, James afirma que “*la verdadera cuestión en juego en la década 1940-50 no era, en consecuencia, tanto industrialización versus desarrollo agrario como intervención estatal versus laissez-faire. Más bien se trataba del problema de los distintos significados potenciales de la industrialización, es decir los parámetros sociales y políticos con arreglo a los cuales ese proceso debía operarse*” (James, 1990: 34).

⁴⁸ Expressão que reflete a valorização do peso, em meio a uma abundância de dólares, o que permitia a ampliação da renda doméstica quando medida em moeda estrangeira e, assim, o acesso facilitado a bens importados.

garantiu uma ampla base de sustentação social às reformas neoliberais implementadas em seu governo⁴⁹.

As dificuldades em resolver o conflito distributivo durante as décadas anteriores, e que chegou a seu ponto de máximo de tensão com o traumático episódio do ‘Rodrigazo’, deixou como seqüela a tendência de se canalizar para o Estado o ônus de sua resolução. A obtenção de concessões e benefícios por parte do Estado criou espaço para a fragilização da contas fiscais. Heyman *et al.* (1988), procurando encontrar uma explicação para a longa história inflacionária da Argentina, enfatizam que em economias com inflação alta e persistente observa-se a permanência temporal de um desequilíbrio nas contas públicas financiado por meio da necessidade do imposto inflacionário. Em consequência a gestão monetária encontra-se estreitamente ligada à política fiscal, e que esta, por sua vez, surge como consequência de uma relação direta que grupos de pressão exercem sobre o Estado. Assim: “...en las economías de alta inflación, la política fiscal no suele determinarse a partir de un presupuesto público definido de antemano, y los grupos negocian ‘bilateralmente’ con el gobierno transferencias o concesiones impositivas de diverso tipo (...) (este) mecanismo ‘descentralizado’ tiende a generar demandas inconsistentes entre sí y, por ello, tiene inherente un sesgo inflacionario” (Heyman, Navajas e Warnes, 1988). A “racionalidade” deste comportamento social encontra-se no fato de que é possível particularizar os benefícios, enquanto os custos são socializados. Ou seja, cada setor, graças a seu poder de pressão obtém individualmente suas vantagens econômicas, ao passo que o imposto inflacionário resultante é um custo pago pelo conjunto da sociedade. Assim, observa-se que, quando um grupo recebe uma transfêrencia, os benefícios estão concentrados, enquanto que os custos são distribuídos um grande número de agentes ou setores (Heyman *et al.*, 1988).

Portanto, a incapacidade da sociedade argentina em resolver os conflitos setoriais, e o fato de que os setores sociais inferiores não aceitaram um papel passivo na definição dos rumos do país, tendo, ademais, capacidade política suficiente para sustentar tal postura, foi levando, desde o fim do modelo primário-exportador, a um estado caótico da sociedade (‘O Rodrigazo’). Diante disso, as elites agropecuárias pretenderam, por meio do golpe de Estado de 1976, retornar ao modelo liberal e agroexportador do “passado glorioso” do país. Na difícil década de 1980, com a pesada carga do pagamento da dívida externa, não foi possível a consolidação de opção alternativa ao retorno daquele modelo econômico.

⁴⁹ Contudo, os meses entre o início das reformas pró-mercado, em julho de 1989, e a adoção do Plano de Conversibilidade, em abril de 1991, foram conturbados diante um contexto econômico fortemente recessivo. A estratégia inicial de gestão econômica, nas mãos da multinacional Bunge & Born, priorizava o caráter de ‘longo prazo’ das reformas, em detrimento de políticas de curto prazo. A introdução de clássico ajuste ortodoxo, com elevada taxa de câmbio, só durou seis meses. O mesmo sucedeu-se com o Ministro de Economia Ermam González durante 1990, que continuou uma linha similar de duro controle fiscal. É nesse momento que assumiu Domingo Cavallo e reverteu a estratégia econômica mediante a Lei de Conversibilidade, que combinaria crescimento e taxa de câmbio apreciada. A conversibilidade foi fundamental para a manutenção do consenso público sobre a necessidade das reformas estruturais (Gerchunoff & Torre, 1996).

Com isso fortaleciam-se, simultaneamente, duas frentes necessárias para a realização do processo de reformas neoliberais: (i) a “confirmação” de que o bem-estar social viria por meio da liberalização econômica e da ênfase aos mecanismos de mercado em detrimento à regulação estatal, e (ii) em segundo lugar, a identificação com a memória histórica do país, de que, ao menos na aparência, os benefícios econômicos do crescimento – o “progresso” na visão de um século atrás – seriam repartidos entre todos os setores sociais. Se o resultado posterior não foi precisamente esse é uma outra questão. O que procuramos enfatizar como hipótese central no presente artigo é que na Argentina ainda não se formou um consenso social sobre um modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao primário-exportador. A questão em disputa, ao longo do tempo, foi muito mais a sobre a distribuição dos benefícios daquele modelo. Assim, o país aparenta estar em simbiose com as pautas econômicas genéticas de sua formação, apesar do largo passo dos tempos.

4. Considerações finais: da conjuntura ao médio prazo e o futuro do ‘estilo K’.

O ano de 2006 tornou-se central para o futuro imediato do País. O elemento chave será o comportamento da taxa de inflação. Não por acaso o Presidente Kirchner tem dito este é um “tema que o perturba”. E que também por sua causa haja reagido com veemência – ou violência desmedida segundo seus críticos – ante a petroleira Shell ao aumentar seus preços, e frente aos supermercados e outros empresários acusando-os de cartelização. O governo aposta em uma inflação de não mais de 12% para 2006. Mas as consultoras privadas e outros analistas consideram que esse será o piso e que ela poderá atingir até 15%.

A trajetória inflacionária do país e a lembrança da hiperinflação de 1989-1990 tornam o tema dos preços central no debate nacional. Mas o futuro próximo apresenta outras questões de difícil equacionamento e que devem ser consideradas. O peso da história parece seguir definindo o curso atual das transformações da Argentina. Aparentemente todas as posições políticas compartilham a percepção de que a tensão inflacionária traduz uma intensa luta pela distribuição da riqueza. Não à toa, os setores mais próximos ao poder econômico procuram afirmar as idéias da ortodoxia na política antiinflacionária. Por outro lado, a persistência de elevados níveis de desemprego, pobreza e indigência – que mesmo atenuados quando se compara o auge da crise, seguem em patamares historicamente altos – não são empecilhos para que os setores sociais fragilizados pressionem o governo e os empresários.

Portanto, para se considerar os possíveis desdobramentos da atual conjuntura, é preciso analisar “o modelo econômico” atual e as condições sociais que poderiam (ou não) dar sustentação ao crescimento no médio e longo prazo. Consideramos aqui que a espetacular recuperação recente não assegura *per se* o rumo futuro do país. Por um lado, como argumentamos anteriormente, ela originou-se de certas condições exógenas excepcionais e partiu de um piso muito baixo,

determinado pela crise de 1999-2002. Por outro lado, porque se incorporaram novas expectativas dos atores sociais e novos desafios econômicos. Não menos importante, a sustentabilidade do bom momento atual não pode ser desvinculada da superação de entraves históricos que incidiram diretamente na constituição, nos últimos anos, do “profundo mergulho no subdesenvolvimento”. Aqueles entraves se referem, em grande medida, às divergentes interpretações da realidade argentina, e ao descompasso entre as expectativas de resultados dos distintos grupos sociais e o tempo político necessário para a construção e sedimentação de alternativas.

Do ponto de vista do “modelo econômico” implementado por Kirchner e Lavagna (agora sucedido pela Ministra Miceli), observa-se uma importante novidade: a combinação entre elementos de política econômica “ortodoxa” e “heterodoxa”. Embora certos setores mais identificados ao modelo dos anos 1990 acusem ao governo de “esquerdista”, o fato é que a política fiscal tem obtido consideráveis superávits, e se espera um saldo positivo recorde para 2005. À solidez fiscal, importante para a estabilidade macroeconômica, somam-se os importantes saldos externos no balanço de pagamentos. As exportações atingiram US\$ 40 bilhões em 2005, refletindo um crescimento que superou todos os prognósticos, e para 2006 estima-se um crescimento adicional de 7%. Com “superávits gêmeos” afasta-se do horizonte imediato o tipo de vulnerabilidade que marcou a era da “convertibilidade”. Além disso, o governo tem dado permanentes demonstrações de se interessar em manter este contexto. No *front* fiscal tem garantido que não mudará a estrutura tributária e não se mostrou flexível ao aumento dos gastos correntes, enquanto a política cambial tem priorizado a manutenção de um peso competitivo – ou um dólar “caro” – na faixa dos atuais \$3, em que pesem as pressões de setores ortodoxos pela valorização da taxa de câmbio.

Ainda assim, a política oficial tem incluído importantes elementos heterodoxos. Assegura-se a intenção de manter taxas de juros baixas, capazes de incentivar o investimento das empresas, combinada a políticas de expansão da oferta de crédito oficial. Há setores produtivos que contarão com linhas específicas de financiamento e desoneração tributária, tais como têxtil, calçados, maquinaria agrícola e vestuário. A taxa de formação bruta de capital superou os 23% do PIB em 2004/2005, cifra elevada para a história Argentina, e o governo tem contribuído fortemente na área de construção civil e infraestrutura. A incipiente “política industrial” preocupa-se com a expansão do setor produtivo e com a manutenção do *drive* exportador também na indústria. Vale dizer, sinaliza para uma preocupação em não deixar a definição da estrutura produtiva e da competitividade dos setores internos exclusivamente “aos mercados”. Finalmente, tem dado forte impulso ao crescimento das pequenas e médias empresas. Outro fato interessante é a constituição de um “fundo anticíclico” com os US \$ 6 bilhões liberados pelo pagamento antecipado ao FMI que estavam previstos no orçamento público para o ano 2006.

Aliás, a política de superávit externo e fiscal se relaciona com a garantia de estabilidade macroeconômica futura do país, enquanto o governo espera recompor, ao longo de 2006, o nível de reservas internacionais do Banco Central⁵⁰, cuja queda recente se deveu à antecipação do pagamento da dívida junto ao FMI. Tal pagamento parece ter contribuído para explicitar as tensões sociais latentes, colocando em campo opostos os apoiadores da medida, considerada aqui como “um ato de liberação nacional”, e seus opositores para que percebem naquela decisão um mero ato de afirmação política do governo, na medida em que do ponto de vista econômico “nada teria mudado”. Esse exemplo nos leva de volta ao tema ao futuro da Argentina, se é possível resolver o impasse entre a superação dos entraves históricos *versus* a reafirmação das velhas tendências.

Um primeiro aspecto a ser considerado é a questão dos limites políticos do atual ciclo de crescimento. Em particular, seria razoável supor que a recuperação em curso poderia, *a priori*, atenuar o conflito distributivo. Todavia, tal possibilidade deve ser mediada por algumas especificidades do caso argentino. Em geral, sua população caracteriza-se por possuir grandes aspirações de qualidade de vida e de acesso à educação e às demais oportunidades de ascensão social. Esse é o peso da história de sucesso da primeira metade do século XX. A queda nas condições de vida e o alto desemprego não formam suficientes para abater sua histórica combatividade. Em tal quadro ampliam-se as pressões sobre a compatibilização entre as políticas deflacionistas e a sustentação política de uma estratégia desenvolvimentista de mais fôlego.

Nesse contexto é que devemos analisar a política de combate à inflação na gestão Kirchner. Sua estratégia consiste em fazer acordos de preços com as grandes empresas, vigentes até fevereiro do 2006 quando serão redefinidos. Kirchner priorizou a estabilização dos preços dos produtos da cesta básica, especialmente os alimentos. Para a oposição, o governo simplesmente incendiou uma panela de pressão que em qualquer momento explodirá, dado que o nível de demanda agregada estaria crescendo em um ritmo superior à produção. Um efeito imediato, dizem, é que os acordos de preços não afetam os serviços, por onde a inflação iniciará sua escalada. Sinalizam também para a insuficiência de novos investimentos em ampliação da capacidade produtiva – quando se toma a velocidade atual de expansão da demanda⁵¹.

Mas mais do que o “modelo econômico”, incomoda à oposição o método do presidente, o chamado “estilo K”. Acusam-no de achar-se “onipotente”, acreditando ter a capacidade de controlar as regras macroeconômicas. Afirmam que “oculta informação” e que usa o poder estatal para ameaçar as empresas. Mais grave para este setor é o temor de que as pressões sindicais gerem perda no controle do orçamento público. Destacam que, em 2005, o governo teria avalizado, explícita ou implicitamente, as demandas salariais dos sindicatos – muitos dos quais concluíram negociações

⁵⁰ Com a liquidação da dívida junto ao FMI, as reservas caíram de cerca de US\$ 28 bilhões, para pouco mais de US\$ 18 bilhões.

⁵¹ “*Hagan apuestas, Felisa se juega a menos de uno por ciento*”, David Cufre, Página/12 (15/01/2006). <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-61706-2006-01-15.html>.

coletivas com aumentos de até 12% (o equivalente à inflação anual). O incremento do poder sindical é para eles a evidência da política “esquerdista” e “populista” de Kirchner⁵².

De fato, Kirchner tem lançado mão do “chamamento à população”, através de discursos inflamados, para dar sustentação às suas pautas econômicas, especialmente no caso da luta inflacionária. Convocou manifestações contra a petroleira Shell e, recentemente, em defesa do congelamento de preços. Para tanto, sinaliza com a organização das “massas” através de acordos com prefeitos e entidades civis, formação de “ligas de acompanhamento de preços”, e denúncia da “cartelização” dos grandes supermercados. Acusa diretamente os grandes empresários, apontando para o seu “egoísmo pessoal” na repartição dos lucros com a sociedade argentina. Muitos analistas consideram que esse estilo esteja na raiz dos atritos com o ex-ministro da Economia, Lavagna, que não estaria em acordo com o “estilo K” de lidar com os temas econômicos. Apesar do prestígio de Lavagna, os resultados eleitorais de 2005 fortaleceram Kirchner e sua popularidade é muito elevada. Sua “cruzada” antiinflacionária parece estar em sintonia com as demandas da sociedade.

O atual apoio popular ao “estilo K” não pode ser considerado imune às pressões sociais. A própria aceleração da inflação pode minar seus fundamentos atuais. O grande empobrecimento da década da conversibilidade gerou não somente o já mencionado efeito de emergência de milhões de novos pobres como, também, criou uma camada de “pseudo-ricos”. Vale dizer, de pessoas cujos rendimentos não ultrapassam o valor de duas a três cestas básicas e que devem pagar impostos sobre a renda, ou de pequenos proprietários de imóveis. De acordo com os dados oficiais menos de 10% dos assalariados formais têm rendimentos que ultrapassam os valores de isenção. Apesar disso há forte pressão para que tais limites mínimos subam⁵³.

Desta maneira, o histórico problema da luta distributiva não parece ter se apagado. A visão propagada pela mídia⁵⁴ é a de que o governo compreende a inflação como sendo um fenômeno derivado daquele conflito e que, desta forma, pretende arbitrar o mesmo, definindo os padrões de evolução da lucratividade e dos salários. Por seu turno, os empresários apontam as pressões salariais como sendo a causa da inflação – a União Industrial Argentina (UIA) sustenta que as empresas estão no limite de sua rentabilidade. E os movimento sociais apontam o contrário, onde os fabulosos balanços apresentados pelas empresas na Bolsa de Comércio de Buenos Aires atestariam sua

⁵² Na perspectiva empresarial, tal temor ganhou ainda mais vida com a indicação do líder “piquetero”, Luis D’Elía, para a chefia da nova *Secretaria Tierras para el Habitat Social*, responsável pelo destino habitacional de mais de um milhão de pessoas na Província de Buenos Aires. Ademais há os discursos “incendiários” do Presidente e sua permanente chamada ao povo para vigiar o comportamento dos empresários.

⁵³ A tributação sobre a renda e o patrimônio é vital para a sustentação da recuperação fiscal em curso. A inflação alta não só afeta os pobres cuja remuneração não é capaz de acompanhar os preços como, também, amplia a proporção dos que devem pagar impostos, já que a recomposição dos salários nominais sem aumento das faixas de isenção cria uma nova camada de contribuintes. Se os aumentos salariais são menores que a taxa de inflação, então a perda de renda para certas pessoas pode ser dupla. Enquanto a Ministra Miceli tem afirmado que não haverá ajuste de salário até abril de 2006, Hugo Moyano, secretário geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT), tem pressionado publicamente por ambas questões – embora seja acusado por alguns sindicalistas de “fazer uma política de dependência com Kirchner”.

⁵⁴ “Buscan que 2005 dure hasta 2007”, Jorge Oviedo, *La Nación* (15/01/2006). http://www.lanacion.com.ar/Nota.asp?nota_id=772454&high=puja%20distributiva.

elevada capacidade de gerar lucros. A nós cabe vislumbrar os possíveis desdobramentos de uma eventual perda de dinamismo econômico. Haveria, nessas condições, uma radicalização das posições por parte daqueles os setores sociais?

Frente a esta alternativa, há algumas diferenças entre o presente e passado. Por um lado, a forte identificação com o sistema democrático, desde 1983, torna remota a possibilidade do retorno a formas mais violentas de manifestações de certos grupos. Por outro, o período neoliberal fez com que o interesse da população na atividade política declinasse muito, em particular no setor mais jovem. Se tal perspectiva é verdadeira, torna-se menos crível a hipótese da continuidade na participação social no trato da questão inflacionária, o que está implícito no “estilo K”. Além disso, a concentração de renda herdada do modelo neoliberal e a crise econômica recente fragilizaram o elo entre a riqueza individual e os ativos denominados em dólares. Assim, há que se verificar no futuro imediato se a continuidade do crescimento, com seus efeitos sobre a ampliação na poupança, não irão desembocar, uma vez mais, no aumento na demanda por divisas-chave. Vale dizer, não é certo que a sociedade argentina tenha recuperado sua confiança no padrão monetário nacional. Por último, a recuperação em curso se dá sob a base produtiva pré-existente. A emergência de uma nova, não caracterizada somente pela exportação de *commodities*, demanda um esforço de planejamento tanto do setor privado, quanto do público. É preciso ligar mais estreitamente os incentivos tributários e creditícios a metas de produção e exportação. Além das intenções do Governo não está claro se a sociedade argentina aceitaria esse nível de exigência. Em meio ao *boom*, não parece estar sedimentada a percepção de que na ausência de uma maior diversificação com fortalecimento da estrutura produtiva, o país seguirá refém das oscilações dos mercados de *commodities*. Uma nova crise econômica contaminaria negativamente os próprios esforços de transformação estrutural do padrão de crescimento e distribuição da riqueza.

5. Bibliografia citada.

- ARCEO, E. (2003). *Argentina en la periferia próspera*. Renta diferencial, dominación oligárquica y modo de acumulación. Flacso, Universidad Nacional de Quilmes, Indep, Bs. As., Argentina.
- AROSKIND, R. (2003). El país del desarrollo posible. En JAMES, D. (Dir.) *Violencia, Proscripción y autoritarismo* (1955-1976). Nueva Historia Argentina, Tomo IX. Editorial Sudamericana. Buenos Aires.
- BARSKY O., GELMÁN, J. (2001). *Historia del agro argentino*. Grijalbo – Mondadori. Bs. As., Argentina.
- BONAUDO, M. (Dir.) (1999). *Liberalismo, Estado y orden burgués* (1852-1880). Nueva Historia Argentina, Tomo IV. Editorial Sudamericana. Bs. As., Argentina.

- BRODERSHON, M. (1974). *Política económica de corto plazo, crecimiento e inflación en la Argentina*, 1950- 1972. Centro de Investigaciones Económicas, Instituto Torcuato Di Tella. Buenos Aires, Argentina.
- CANITROT, A. (1978). La viabilidad económica de la democracia: un análisis de la experiencia peronista 1973- 1976. *Estudios Sociales* N°11, CEDES. Buenos Aires, Argentina.
- ____ (1981). Teoría y práctica del liberalismo. Política antiinflacionaria y apertura económica en la Argentina. *Desarrollo Económico* N°82. Buenos Aires, Argentina.
- ____ (1983). El salario real y la restricción externa de la economía. *Desarrollo Económico* N°91. Buenos Aires, Argentina.
- CARCIOFI, R (1990). La desarticulación del pacto fiscal: una interpretación sobre la evolución del sector público argentino en las dos últimas décadas. *Documento de trabajo* N° 36, Cepal. Buenos Aires, Argentina.
- CEPAL (2004). *Desarrollo Productivo en Economías Abiertas*. Santiago, Chile: Comisión para America Latina y Caribe, 2004.
- DIAZ ALEJANDRO, C. (2001). *Ensayos sobre la historia económica argentina*. Amorroutu. Argentina.
- FELDMAN, E., SOMMER, J. (1983). *Crisis financiera y endeudamiento externo*. CET/ IPAL. Buenos Aires, Argentina.
- FERRARI, ETCHEBERRY, A. (2002). Del Rodrigazo a Remes Lenicov. *Diario Página 12* (24-09-2002), Bs. As. Argentina.
- FERRER, A. (1981). *Nacionalismo y orden constitucional*. FCE, México.
- ____ (1987). *Crisis y Alternativas de la política economía argentina*. Fondo de Cultura Económica.
- ____ (1991). *La economía argentina*. FCE, México.
- FLICHMAN, G. (1977). *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*. Siglo XXI Editores, México.
- FRENKEL, R. (1989). El régimen de alta inflación y el nivel de actividad. *Documentos CEDES* N°26. Buenos Aires, Argentina.
- FURTADO, C. (1961). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo Universal de Cultura.
- GERCHUNOFF, P., TORRE, J. C. (1996). La política de liberalización en la administración Menem. *Desarrollo Económico* N° 143. Buenos Aires, Argentina.
- GIBERTI, H. (1964). *El desarrollo agrario argentino*. Eudeba. Bs. As, Argentina.
- HAKIM, P. Is Washington Losing Latin America? *Foreing Affairs*, january/february. New York: Council of Foreign Relations, 2006.
- HORA, R. (2003). *Los Terratenientes de la pampa argentina*. Siglo XXI, Buenos Aires.

- IMF (2004). *The IMF and Argentina, 1991 – 2001*. Washington, DC: International Monetary Fund.
- ____ (2005). *World Economic Outlook*, september. Washington: International Monetary Fund.
- ____ (2005b). *IMF Country Report* n° 05/236. Washington, DC: International Monetary Fund.
- JAMES, D. (1990). *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina 1946-1976*. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, Argentina.
- MUNDELL, R. (2000). Currency Areas, Exchange Rate Systems and International Monetary Reform. *Journal of Applied Economics*, november III (2), pp. 217-56.
- ODDONE, J.(1975). *La burguesía terrateniente argentina*. Libera. Bs. As., Argentina.
- PEÑA, M. (1975). *De Mitre a Roca*. Fichas. Bs. As., Argentina.
- PRASAD, E., ROGOFF, K., WEI, S., KOSE, M.A (2003). *Effects of Financial Globalization on Developing Countries: Some Empirical Evidence*. (www.imf.org)
- PREBISCH, R. (1950). *The Economic Development of Latin America an Its Principals Problems*. New York: United Nations.
- ROCK, D.(1989). *Argentina 1516-1987*. Editorial. Bs. As., Argentina.
- SÁBATO, J. (1991). *La clase dominante en la Argentina moderna*. Imago Mundi. Argentina.
- SCHORR, M.(2000). Principales rasgos de la industria argentina tras una década de ajuste estructural. *Realidad Económica* N°170, IADE, Bs.As. Argentina.
- SCHVARZER, J. (1996). *La industria que supimos conseguir*. Una historia política y social de la industria argentina. Planeta, Buenos Aires
- SCOBIE, J. (1964). *Revolución en las Pampas: la lucha por la consolidación de la nacionalidad argentina. 1852-62*. Hachette. Bs. As., Argentina.
- TORRE, J. C., DE RIZ, L. (2002). Argentina desde 1946. En LYNCH, J. et al *Historia de la Argentina*. Crítica. Barcelona.
- TORRES, H.R. (2005). *Argentina and the IMF: learning lessons from our experience*. Initiative for Policy Dialogue, Columbia University (<http://www0.gsb.columbia.edu/ipd/programs/item.cfm?prid=71&iyid=13&itid=790>, acessado em dezembro de 2005).
- WILLIAMSON, J. (1995). *What Role for Currency Boards? Policy Analyses in International Economics*, 40. Washington, DC: Institute for International Economics.